

réu, [REDACTED] tinha condições de agir de forma diversa da que agiu?

A resposta é **NÃO!**

Pelo contrário. Uma pessoa menos equilibrada emocionalmente do que [REDACTED] agiria, certamente, de forma extremamente agressiva.

Será que a ilustre Representante do *Parquet* ou mesmo Vossa Excelência, em uma situação análoga, agiria diferente? Certamente que não.

O Apelante, de fato, foi bem menos contundente do que poderia ter sido. Não há como exigir que ele tivesse agido de forma diversa da praticada, uma vez que, repete-se à exaustão, usou apenas os meios necessários e de forma moderada para repelir a agressão injustamente sofrida. Sendo assim, à luz do Código Penal<sup>16</sup>, a conduta do ora apelante **NÃO É CULPÁVEL**.

### 5.3 AUSÊNCIA DE TIPICIDADE.

A conduta do Apelante não pode ser considerada dolosa porque lhe faltou o elemento subjetivo do crime de lesão corporal, qual seja, a vontade livre e consciente de causar lesões (*animus laedendi*)<sup>17</sup>. Tampouco pode ser considerada culposa, pois, não agiu com imprudência, negligência ou imperícia<sup>18</sup>.

Para que reste caracterizada a prática de crime de lesão corporal ou de quaisquer outros delitos, é imperioso que o elemento constante do fato

<sup>16</sup> Art. 21. O desconhecimento da lei é inescusável. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço.

Parágrafo único. Considera-se evitável o erro se o agente atua ou se omite sem a consciência da ilicitude do fato, quando lhe era possível, nas circunstâncias, ter ou atingir essa consciência.

<sup>17</sup> A doutrina tradicional se refere a dolo genérico.

<sup>18</sup> Art. 18. Diz-se o crime:

I - doloso, quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo;

II - culposos, quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia.